

Formulário de Resposta aos recursos - CES S08 – Auditor Interno

| Questão | Justificativa | Conclusão (Deferido ou Indeferido) | Resposta Alterada para: |
|--|--|---------------------------------------|-------------------------|
| TIPO 1: 36 TIPO 2: 42 TIPO 3: 40 | A questão apresentada foi anulada por não possuir nenhuma alternativa que contemple a resposta correta, uma vez que, após análise detalhada, apenas a afirmativa I se mostra verdadeira de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). | DEFERIDO | ANULADA |
| TIPO 1: 39 TIPO 2: 41 TIPO 3: 48 | A alternativa correta é: (D) A apuração e o pagamento do IPTU serão efetuados pelo contribuinte, sujeitando-se a homologação posterior pela administração tributária. De acordo com o Código Tributário do Município de Rolim de Moura (Lei Municipal nº 947/2000), o IPTU é um tributo sujeito ao regime de lançamento por homologação. Nesse modelo: O contribuinte realiza a apuração do imposto devido, com base no valor venal do imóvel estabelecido pela administração municipal. Efetua o pagamento do tributo dentro dos prazos estipulados. A administração tributária posteriormente homologa (confirma) ou não o valor pago, podendo revisar a apuração e exigir diferenças se houver. | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |
| TIPO 1: 41 TIPO 2: 39 TIPO 3: 46 | A referida pergunta encontra respaldo nos seguintes itens do conteúdo programático. 1. Finanças Públicas Municipais A dívida ativa é um instrumento de arrecadação de créditos vencidos e não pagos, tanto tributários como não tributários, e pode ser federal, estadual ou municipal. O Município também inscreve créditos em dívida ativa e cobra via execução fiscal, nos moldes da Lei nº 6.830/1980, aplicável também aos entes subnacionais. Assim, o conhecimento da dívida ativa da União pode ser cobrado como base para compreender a dívida ativa municipal. 2. Administração Pública e Orçamento A receita da dívida ativa é classificada como receita orçamentária, | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |

| | | | |
|--|---|------------|------------------|
| | <p>prevista no orçamento público.</p> <p>É um meio de recuperação de créditos do ente público, influenciando diretamente na execução orçamentária e no equilíbrio fiscal.</p> <p>3. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)</p> <p>A LRF exige que os entes públicos tenham ações para eficiência da arrecadação e recuperação de créditos, o que inclui a inscrição em dívida ativa e a execução fiscal.</p> <p>4. Controle Interno e Auditoria</p> <p>O controle interno deve acompanhar e avaliar a efetividade da inscrição e cobrança da dívida ativa, garantindo transparência e responsabilidade fiscal.</p> | | |
| TIPO 1: 47 TIPO 2: 40 TIPO 3: 50 | <p>A presente questão foi anulada por não apresentar nenhuma alternativa plenamente correta de acordo com o conteúdo legal e doutrinário aplicável, inviabilizando a identificação de um gabarito adequado.</p> | DEFERIDO | ANULADA |
| TIPO 1: 49 TIPO 2: 50 TIPO 3: 37 | <p>A alternativa correta é: (A) V – F – F – V</p> <p>A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios de limitação de empenho e normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos públicos. Verdadeiro. Conforme o art. 165, §2º da CF/88 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a LDO deve conter normas sobre o equilíbrio fiscal, limitação de empenho, controle de custos e avaliação de resultados.</p> <p>A Lei Orçamentária Anual, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, é responsável por estabelecer as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro seguinte. Falso. Quem estabelece as metas e prioridades é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme art. 165, §2º da CF. A LOA apenas detalha receitas e despesas de acordo com essas diretrizes.</p> <p>A Lei de Diretrizes Orçamentárias possui vigência plurianual e estabelece metas físicas e financeiras de todos os programas constantes no Plano Plurianual. Falso. Quem tem vigência plurianual é o Plano Plurianual (PPA). A LDO tem vigência anual e serve como elo entre o PPA e a LOA.</p> <p>O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.</p> | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | Verdadeiro. Essa é a definição exata do PPA, segundo o art. 165, §1º da Constituição Federal. | | |
|--|---|--|--|